



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do Dia

política

6

TERÇA-FEIRA, 19 :: maio :: 2015

Subvenções: dois ligados à Amanova são presos

Gabriel Damásio

gabrieldamasio@jornaldodiase.com.br

O escândalo das verbas de subvenção da Assembleia Legislativa de Sergipe (Alese) já produz os seus primeiros desdobramentos criminais. Ontem de manhã, a Polícia Civil prendeu duas pessoas investigadas pelo uso irregular dos recursos nas eleições de 2014: o microempresário José Agenilson de Carvalho Oliveira e a líder comunitária Clarice Jovelina de Jesus, presidente da Associação de Moradores e Amigos do Bairro Nova Veneza (Amanova). A entidade é uma das investigadas no processo que já corre no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e foi a que recebeu mais de R\$ 2,3 milhões em verbas indicadas pelos deputados Augusto Bezerra (DEM), Paulo Hagembeck Filho (PT do B) e Susana Azevedo (hoje no Tribunal de Contas do Estado).

Clarice e Agenilson foram detidos em suas respectivas casas por policiais do Depar-

tamento de Crimes Contra a Ordem Tributária e Administração Pública (Deotap). Eles cumpriram mandados de prisão preventiva expedidos pela juíza Jane Silva Santos Vieira, da 1ª Vara Criminal de Aracaju, a qual também mandou prender o motorista Wellington Luiz Góes Silva, que estava foragido até o fechamento desta edição. As prisões foram pedidas pelo Ministério Público Estadual (MPSE), a partir de um inquérito civil instaurado para apurar como a Amanova utilizou os recursos repassados pela Alese entre 2013 e 2014. A investigação concluiu que o dinheiro foi sacado e usado indevidamente pelos três acusados e por Augusto Bezerra, o qual, segundo o Ministério Público Federal (MPF), teria retirado R\$ 478 mil em cheques nominais.

"(...) foi apurado que os denunciados acima citados, juntamente com o Deputado estadual A.B.A.F. [Augusto Bezerra de Assis Filho], associaram-se com o fim específico de cometer crimes, desvia-

ram verbas de subvenção da Assembleia Legislativa de Sergipe em proveito próprio e alheio e dissimularam a natureza, origem, localização, movimentação e propriedade de valores oriundos, direta ou indiretamente, de crime contra o patrimônio público", confirma o MPSE, em nota. O inquérito concluiu que houve crimes de peculato (desvio de recurso público), lavagem de dinheiro e organização criminosa.

Segundo a delegada Danielle Garcia Soares, diretora da Deotap, a investigação ainda não se estendeu contra Bezerra, pois os deputados estaduais têm foro privilegiado e só podem ser investigados com autorização do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE). "No momento, a investigação não é contra os deputados. Entretanto, se ficar comprovado o envolvimento de algum deputado nessas investigações que já iniciaram, vamos encaminhar tudo para o Tribunal de Justiça para que ele autorize a continuação das investigações e que tudo

possa ser esclarecido", explicou. O TJ afirmou ontem que aguarda o andamento do trabalho da Polícia Civil para tomar uma decisão.

Cadê "Carlinhos"? - Clarice e Agenilson chegaram cabibaiços à sede da Deotap, na Delegacia Plantonista (Centro), e sem falar com os jornalistas. Seus advogados também se limitaram a dizer que vão primeiro apresentar seus esclarecimentos à Justiça.

Em seus depoimentos, eles admitiram que sacaram recursos da Amanova em agências do Banese (R\$ 210 mil para Clarice, R\$ 516,9 mil para Wellington e R\$ 237,4 mil para Agenilson), mas não ficaram com o dinheiro e os

entregaram a um suposto funcionário da Alese que movimentava as contas bancárias cedidas pelo empresário e pelo motorista. Ele é citado apenas como "Carlinhos" e sua identidade é alegadamente desconhecida dos próprios acusados. "Este Carlinhos deve ter surgido do além, provavelmente saiu de uma nave espacial e procurou essas pessoas pra dizer que a Alese tinha dinheiro para dar para as associações. O Carlinhos não apareceu ainda, mas se ele existir pode ter certeza que vamos encontrá-lo", avisa a delegada, garantindo que sua equipe tem "todo o aparato tecnológico possível para chegar até ele, caso exista".

Ainda conforme as investigações, o total de recursos repassados pela Alese à Amanova deveria ser usado para a construção de uma creche para atender aos moradores do bairro Nova Veneza (zona oeste). No entanto, as primeiras apurações do MPF e reportagens divulgadas na imprensa comprovaram que nada foi investido e a entidade não promovia quase nenhuma atividade ao público, o que aumenta ainda mais as suspeitas de mau uso dos recursos do Erário. "Tal fato chamou a atenção em razão da flagrante incompatibilidade entre as singelas atividades desenvolvidas pela referida associação e a quantia a ela destinada pelos parlamentares", diz a nota do MPSE.

Civil vai abrir 18 inquéritos sobre subvenções

A Polícia Civil confirmou também que, a pedido da 1ª Vara Criminal de Aracaju, vai abrir 18 inquéritos policiais, sendo uma para cada entidade que recebeu verbas de subvenções da Assembleia Legislativa. As investigações são baseadas nos depoimentos das mais de 100 testemunhas de acusação que já foram ouvidas dentro do processo do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/SE). O objetivo é saber se houve desvio ou apropriação indevida dos recursos da Alese, que são repassados pelo Tesouro Estadual.

"A primeira situação é eleitoral, que é conduzida pelo Ministério Público Federal, que descobriu que no ano eleitoral a Alese havia disponibilizado subvenções para

ser destinado para as associações, o que é proibido no período eleitoral. Acontece que nessas investigações, vislumbrou-se a possibilidade de desvios de recursos das subvenções e como os recursos são estaduais, o MPF compartilhou os dados com a Justiça Estadual e partir de agora, as subvenções se tornaram um caso de polícia", explicou a delegada, sem descartar a possibilidade de que novas pessoas sejam presas. "É importante que a partir de agora os demais presidentes de associações saibam que vamos atuar nessa linha e caso exista algum motivo para pedir prisão vamos pedir", garantiu.

No âmbito do Ministério Público Estadual (MPSE), as investigações ficam a cargo da Promotoria de Justiça do Patrimô-

rio Público, cujo promotor responsável, Jarbas Adelino Santos Júnior, disse ontem que os pedidos de prisão preventiva têm o objetivo de recuperar o dinheiro desviado pelas associações. "Nós entendemos que a prisão é absolutamente necessária para que a gente possa reaver parte ou todo o valor que foi desviado, seja através de quebra de sigilos ou outras medidas cautelares que por ventura venham a ser decretadas no curso do processo", disse Jarbas, ao explicar que também vai encaminhar os autos ao TJSE para estender as investigações contra os deputados estaduais. Todos os 24 deputados estaduais da legislatura passada estão sob suspeita e já respondem como réus no processo do TRE. (Gabriel Damásio)